



FUNDAÇÃO DE
EDITE COSTA MATOS
MÃO AMIGA



Relatório de Gestão

2018

FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS MÃO AMIGA
VALE DA ANTA - SILVA ESCURA
3740 - 310 SEVER DO VOUGA PORTUGAL

TEL. +351 234 591 056 | FAX. + 351 234 591 056

[INFO@FUNDAÇAOAMIGA.PT](mailto:info@fundacaomaoamiga.pt) WWW.FUNDAÇAOAMIGA.PT

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE UTILIDADE PÚBLICA | NIF. 509078974



Índice

A palavra da Presidente.....	3
I. Introdução.....	6
1.1 Evolução da Instituição	6
II. Situação Económico-financeira.....	8
III. Investimentos/ desinvestimentos realizados	9
IV. Mercado e tendência.....	9
V. Gastos e rendimentos.....	9
VI. Tendências de evolução	10
VII. Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício	10
VIII. Propostas de aplicação de resultados.....	10
IX. Dívidas ao Estado e outros entes públicos	10
X. Agradecimentos.....	10



FUNDAÇÃO DE
EDITE COSTA MATOS
MÃO AMIGA

O Projeto “Maneiras de Sever” Academias Gulbenkian do Conhecimento

O Projeto Maneiras de Sever é um projecto, também de continuidade, a quem a Fundação, o Agrupamento de Escolas, pais e comunidade tem dedicado o seu esforço sem desistir de o levar mais adiante. Procura promover o desenvolvimento de competências e o reconhecimento do património material e imaterial concelhio fazendo-o materializar-se sob muitas e variadas formas artísticas. Foi um dos 30/300 vencedores às “Academias do Conhecimento” da Fundação Calouste Gulbenkian, desenvolvendo-se no período temporal de 2018 a 2020. Com a parceria da Gulbenkian, que alia a Universidade de Coimbra e a Universidade de Aveiro, poderemos executar e avaliar o impacto deste projecto junto da comunidade académica de Sever do Vouga (do 1º ciclo ao secundário), famílias e comunidade civil, como também esperamos poder, de forma estruturada e acompanhada das mais diversas ferramentas, avaliar aqueles que são alguns dos princípios e competências do “Academias” e da nossa candidatura – o pensamento criativo e a comunicação.

Na área da Infância e Juventude continuámos com o cesto escolar, renovado na sua acção e direccionado ao ensino básico e com as Bolsas de Estudo e/ou Apoio á Educação destinadas a alunos carenciados, estudantes do ensino superior público.

Estamos convictos, cada vez mais, de que estamos a ir no caminho certo da inovação social, do dar respostas a problemáticas sociais emergentes, aliados a excelentes parceiros e investidores sociais, que nos estimulam a procurar fazer cada vez mais e melhor, nos exigem mostras de impacto do trabalho desenvolvido, não podendo fazer parte do vocabulário da Fundação a palavra “acomodada” mas sim, “incomodada” o que nos estimula a ser cada vez mais proactiva.

Termino, com um profundo reconhecimento e agradecimento aos parceiros que ao longo dos anos acreditaram em nós e aos que se vão juntando no caminho, querendo destacar todos, públicos, privados, Ipss,s, empresas, associações, particulares e muitos outros. Um agradecimento especial e de carinho aos jovens voluntários pelo seu exemplo de dádiva, solidariedade e ensinamento. Para todos o nosso bem-haja.

FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS MÃO AMIGA
VALE DA ANTA – SILVA ESCURA
3740 - 310 SEVER DO VOUGA PORTUGAL

4/10



UMA PALAVRA DA PRESIDENTE

O ano de 2018 foi, em toda a sua plenitude, um ano de reorientações estratégicas da Fundação de Edite Costa Matos, Mão Amiga.

Focada naqueles que são os seus princípios balizares baseados na transparência, rigor, e solidariedade, pelo trabalho em parceria e pela sustentabilidade, vimos, no último trimestre de 2018, aprovadas duas candidaturas, que darão uma maior abrangência às ações já desenvolvidas nestas áreas e serão dois pontos fortes de intervenção em 2019:

O Projeto Habitação Solidária VIDA – Valorização, Integração, Desenvolvimento, Autonomia, Este projecto, de continuidade, promove a reabilitação habitacional de famílias carenciadas, do concelho de Sever do Vouga, sendo prolongado no tempo com uma intervenção biopsicossocial individualizada, familiar e social, estruturada e em parceria com as outras IPSS's do concelho. Esta intervenção irá abranger, de Junho de 2018 a Junho de 2021, 60 beneficiários, traduzindo-se numa reabilitação média anual, de cerca de 8 habitações, tendo sido este o número concretizado em 2018.

O VIDA conta com a parceria, em 1ª linha, de investidores sociais e também de entidades – públicas e privadas - locais, regionais e nacionais, que têm ajudado a mostrar com as suas práticas, que a solidariedade se vive e se mostra, procurando o bem-estar das famílias beneficiárias, reabilitando e dotando as suas casas com condições dignas de habitabilidade e ajudando na promoção integral dos beneficiários.

Outro ponto inovador e de realce desta candidatura ao PO ISE, prende-se com o “Turismo Social”, estando, neste momento, a ser estudada e planeada a melhor forma da sua implementação. É intenção que os beneficiários, nos casos possíveis, sejam “embaixadores” do concelho de Sever do Vouga, um concelho de beleza ímpar, mas também um concelho solidário e unido em torno de grandes causas sociais. E esta visibilidade merece ser demonstrada intra e extra concelho, e de dentro para fora.



I-INTRODUÇÃO

1.1. Evolução da Instituição

A Fundação de Edite Costa Matos, Mão Amiga, apresenta-se como tendo por objeto “(...) a prestação de apoio, no território nacional, a qualquer pessoa ou instituição no âmbito social, psicossocial e sociológico de saúde, educacional, de formação, jurídico, habitacional, ou outro, desde que seja reconhecido como incentivo à promoção individual, familiar ou institucional (...)”.

Concentrada na inovação, no impacto social e na sustentabilidade, o seu foco de atenção recaiu nos dois últimos anos em duas grandes áreas - na reabilitação habitacional de indivíduos/ famílias carenciadas, e no desenvolvimento comunitário, com um trabalho significativo junto de alunos do concelho, com intenção, em última análise, de travar a desertificação que se vai observando neste território.

O ano de 2018 foi o consolidar de todo o trabalho efetuado, culminando na aprovação de uma candidatura ao PIIS/ Portugal 2020, que irá permitir uma execução mais exaustiva do projecto “Habitação Solidária VIDA – Valorização, Integração, Desenvolvimento, Autonomia”, e outra, de candidatura à Fundação Calouste Gulbenkian, com o projecto “Maneiras de Sever”.

A) Habitação Solidária VIDA – Valorização, Integração, Desenvolvimento, Autonomia

Este projecto assume-se como um dispositivo de intervenção integrada, promovendo uma intervenção biopsicossocial junto das famílias em situação de exclusão social (n=60), intervindo em todas as esferas da vida familiar, desde que por elas aceite e mediante celebração de documento comprovativo de tal (contrato familiar).

Os destinatários abrangidos por esta iniciativa, são famílias carenciadas do concelho de Sever do Vouga, que residam em casa própria, sem condições mínimas de habitabilidade e, por consequência, frequentemente em situação de exclusão social.



FUNDAÇÃO DE
EDITE COSTA MATOS
MÃO AMIGA

Por fim, mas sendo também um início, uma palavra de apreço ao Conselho Superior, ao Conselho de Administração e ao Fiscal Único, que nos dão a força necessária para continuar, de braços bem erguidos, o caminho da solidariedade, às vezes tão difícil, mas tão humanamente enriquecedor. Obrigada pela disponibilidade, pelo trabalho voluntário, pelo apoio e pelo “estar sempre lá” ajudando a promover uma sociedade mais justa e solidária.

Bem hajam!

A Presidente do
Conselho de Administração da Fundação

(Edite Costa Matos)



II - SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

O exercício terminado apresentou um resultado negativo de 10.960,86 €. Os indicadores apresentados em síntese, reflectem um bom desempenho da instituição.

Indicadores		2018	2017
Rácios de rentabilidade			
Rentabilidade capitais próprios	Res. Líquido/Cap. Próprios	-3,26%	-1,44%
Rentabilidade ativo	Res. Líquido/Ativo	-1,76%	-1,41%
Rácios de estrutura / endividamento			
Rácio de endividamento	Passivo / Ativo	46,22%	2,07%
Autonomia Financeira	Cap. Próprio/Ativo	53,78%	97,93%
Debt to Equity	Passivo/ Cap. Próprios	85,94%	2,11%
Debt to Equity de Estrutura	Passivo MLP/ Cap. Próprios	0,00%	0,00%
Solvabilidade	Cap. Próprio/Passivo	116,37%	4728,58%
Estrutura de Endividamento	Passivo CP/ Passivo	100,00%	100,00%
Rácios de liquidez			
Liquidez geral	Ativo Cte/ Passivo Cte	1,273	12,630
Liquidez reduzida	Ativo Ce-Inv./ Passivo Cte	1,273	12,558
Liquidez imediata	Disponibilidades/ Passivo Cte	0,342	12,300



B) Maneiras de Sever

O “Maneiras de Sever” é um projecto de Design para a Inovação Social e que tem como objetivo fixar a população jovem do concelho de Sever do Vouga, através da criação de sentimento de pertença pelo território, com auxílio às várias formas de expressão artística.

O seu desenvolvimento acontece no Agrupamento de Escolas do concelho de Sever do Vouga, com alunos desde o 1º ciclo até ao secundário.

Para além destes projetos, a Fundação manteve todas as outras ações que lhe são características, nomeadamente:

- Entrega de Bolsa de Estudo/ Apoio à Educação;
- Distribuição, mediante levantamento de necessidades efetuado no Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga, de Cabazes Escolares, com materiais variados de apoio às disciplinas;
- Entrega de Cabazes de Natal concelhios, em que todas as Instituições se reúnem para esta entrega conjunta. Importa realçar que, nesta ação, a Fundação é, também, entidade investidora.

Importa, igualmente, referir que a Equipa Multidisciplinar da Fundação cresceu:

Quadro de Pessoal

<i>Técnica Superior de Serviço Social</i>	1
<i>Técnica Superior de Serviço de Psicologia</i>	1
<i>Técnica Superior de Educação Social</i>	1
<i>Trabalhadora de Serviços Gerais</i>	1



VI - TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

As actividades desenvolvidas no exercício reflectem a aposta na continuidade.

VII- FATORES RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não há factos relevantes ocorridos após 31/12/2018 a assinalar, ou que indiquem condições ou tendências diversas das anteriormente referidas.

VIII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propomos que o resultado negativo do exercício económico de 2018, no montante de 10.960,86 € seja afectado da seguinte forma:

- (10.960,86) € Para resultados transitados.

IX – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A instituição não está em mora no que respeita a dívidas à Segurança Social e Finanças.

X. AGRADECIMENTOS

Compete-nos, por último, agradecer aos nossos associados, fornecedores e demais entidades, sem esquecer os funcionários e colaboradores que, muitas vezes a título gratuito, se empenham na realização do nosso objeto social.

O Conselho de Administração,



III - INVESTIMENTOS/DESINVESTIMENTOS REALIZADOS

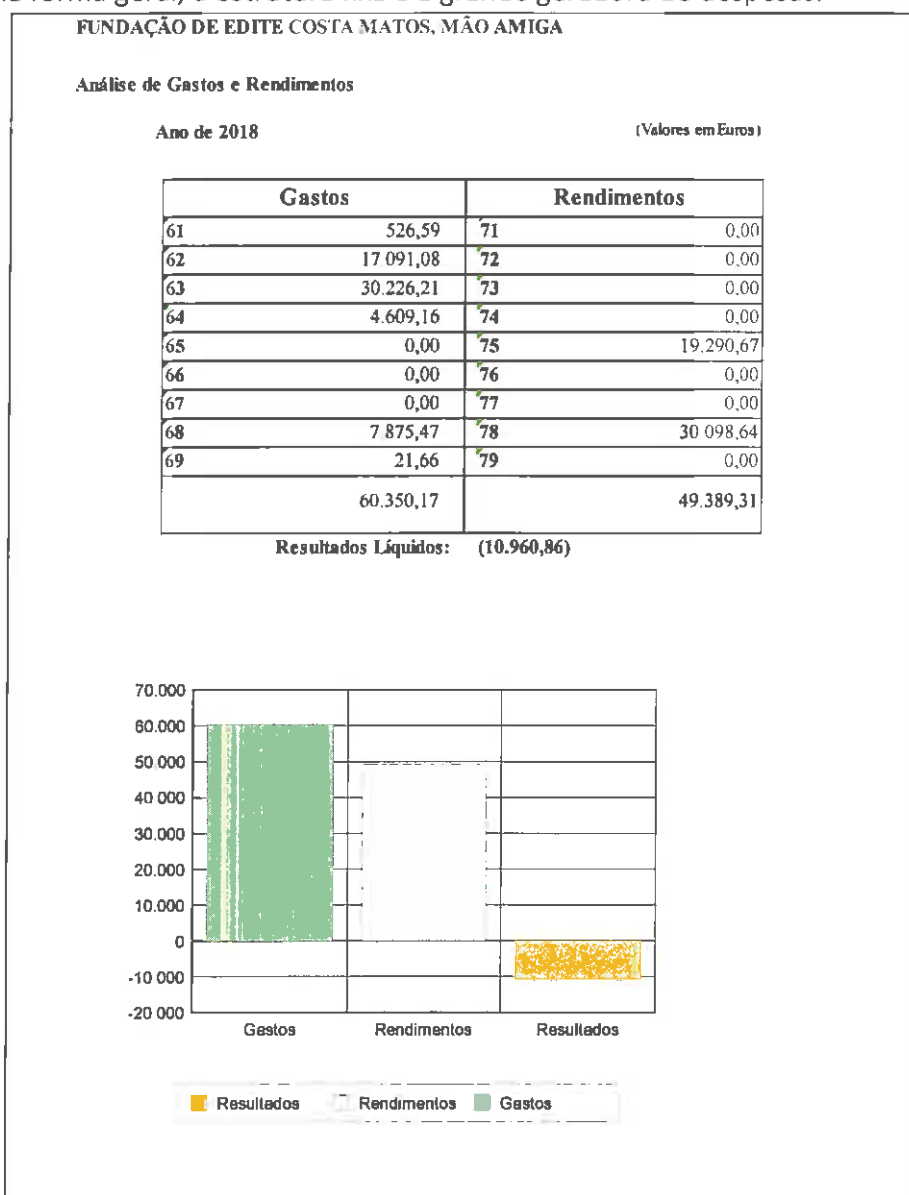
No ano económico de 2018 não foram realizados investimentos em ativos fixos.

IV – MERCADO E TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

As actividades desenvolvidas no exercício refletem a aposta na continuidade.

V – GASTOS E RENDIMENTOS:

De uma forma geral, a estrutura fixa é a grande geradora de despesas.



FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2018

Handwritten signature in purple ink
Handwritten signature in blue ink

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	7
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	7
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	12
5. Ativos Fixos Tangíveis	12
6. Propriedades de Investimento	13
7. Benefícios dos empregados.....	14
8. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
9. Outras Informações.....	15
11.1 Inventários.....	15
11.2 Créditos a receber	15
11.3 Diferimentos.....	16
11.4 Caixa e Depósitos Bancários.....	16
11.5 Fundos Patrimoniais.....	16
11.6 Fornecedores.....	16
11.7 Estado e Outros Entes Públicos.....	17
11.8 Outras Contas a Pagar	17
11.9 Investimentos Financeiros	17
11.10 Subsídios, doações e legados à exploração.....	18
11.11 Fornecimentos e serviços externos.....	18
11.12 Outros rendimentos e ganhos.....	18
11.13 Outros gastos e perdas.....	18
11.14 Resultados Financeiros.....	19
11.15 Acontecimentos após data de Balanço	19

Balço

FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	-	-
Propriedades de Investimento	6	256 728,42	261 337,58
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	11.9	281,19	200,34
Subtotal		257 009,61	261 537,92
Ativo corrente			
Inventários	11.1		526,59
Créditos a receber	11.2	268 513,62	1 128,81
Estado e outros Entes Públicos	11.7	-	326,24
Diferimentos	11.3	253,45	433,31
Caixa e depósitos bancários	11.4	98 744,95	90 223,80
Subtotal		367 512,02	92 638,75
Total do Ativo		624 521,63	354 176,67
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.5	350 000,00	350 000,00
Reservas		-	-
Resultados transitados	11.5	(3 158,34)	1 833,28
Outras variações nos fundos patrimoniais		-	-
Resultado Líquido do período		(10 960,86)	(4 991,62)
Total do fundo do capital		335 880,80	346 841,66
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.6	3 193,43	501,63
Estado e outros Entes Públicos	11.7	857,41	230,78
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	11.3	277 711,73	1 700,00
Outros passivos correntes	11.8	6 878,26	4 902,60
Subtotal		288 640,83	7 335,01
Total do passivo		288 640,83	7 335,01
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		624 521,63	354 176,67

Demonstração dos Resultados por Naturezas

FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		-	-
Subsídios, doações e legados à exploração	11.10	19 290,67	39 191,57
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11.1	(526,59)	
Fornecimentos e serviços externos	11.11	(17 091,08)	(4 398,45)
Gastos com o pessoal	7	(30 226,21)	(25 357,81)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Outros rendimentos e ganhos	11.12	30 098,64	12 630,75
Outros gastos e perdas	11.13	(7 875,47)	(22 228,03)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(6 330,04)	(161,97)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(4 609,16)	(4 876,09)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(10 939,20)	(5 038,06)
Juros e rendimentos similares obtidos	11.14	-	77,23
Juros e gastos similares suportados	11.14	(21,66)	(30,79)
Resultados antes de impostos		(10 960,86)	(4 991,62)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(10 960,86)	(4 991,62)

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	350 000,00	-	1 833,28	-	(4 991,62)	346 841,66	346 841,66
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7			(4 991,62)	-	4 991,62	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			(4 991,62)		4 991,62	-	-
RESULTADO EXTENSIVO	8=7+9					(10 960,86)	-	-
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						(5 969,24)	-	-
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações	10							
POSICÃO NO FIM DO ANO 2018	8+7+9+10	350 000,00	-	(3 158,34)	-	(10 960,86)	335 880,80	335 880,90

5

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	350 000,00	-	24 784,99	-	(22 951,71)	351 833,28
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis				(22 951,71)	-	22 951,71	-
Ajustamentos por impostos diferidos				(22 951,71)	-	22 951,71	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2						
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					(4 991,62)	-
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					17 960,09	-
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Outras operações	5						
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6=1+2+3+4	350 000,00	-	1 833,28	-	(4 991,62)	346 841,66

Euros

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Fundação de Edite Costa Matos, Mão Amiga é uma IPSS sem fins lucrativos, com sede em Vale da Anta, freguesia de Silva Escura, concelho de Sever do Vouga.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 11.2) e "Diferimentos" (Nota 11.3)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;

- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.*"

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao Diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Não obstante, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se isentos de IRC (artº 9º), por força de um despacho publicado do DR 240 III Série de 18/10/1989 e comunicado pelo ofício 1883 de 18/09/1989 dos serviços de contribuições e impostos do Ministério das Finanças.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Outros Ativos Fixos Tangíveis

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-2017
Custo					
Equipamento de transporte	10 004,13	-	-	-	10 004,13
Equipamento administrativo	11 995,70	-	-	-	11 995,70
Outros Ativos fixos tangíveis	2 539,65	-	-	-	2 539,65
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-
Total	24 539,48	-	-	-	24 539,48

Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	10 004,12	-	-	0,01	10 004,13
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	11 728,86	266,93	-	(0,09)	11 995,70
Outros Ativos fixos tangíveis	2 539,92	-	-	(0,27)	2 539,65
Total	24 272,90	266,93	-	(0,35)	24 539,48

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-2018
Custo					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	10 004,13	-	-	-	10 004,13
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	11 995,70	-	-	-	11 995,70
Outros Ativos fixos tangíveis	2 539,65	-	-	-	2 539,65
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-
Total	24 539,48	-	-	-	24 539,48
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	10 004,13	-	-	-	10 004,13
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	11 995,70	-	-	-	11 995,70
Outros Ativos fixos tangíveis	2 539,65	-	-	-	2 539,65
Total	24 539,48	-	-	-	24 539,48

6. Propriedades de Investimento

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan- 2017	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2017
Terrenos e recursos naturais	75 000,00	-	-	-	-	75 000,00
Edifícios e outras construções	227 183,25	-	-	-	-	227 183,25
Total	302 183,25	-	-	-	-	302 183,25

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan- 2018	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2018
Terrenos e recursos naturias	75 000,00	-	-	-	-	75 000,00
Edifícios e outras construções	227 183,25	-	-	-	-	227 183,25
Total	302 183,25	-	-	-	-	302 183,25

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan- 2018	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturias	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	40 845,67	4 609,16	-	-	-	45 454,83
Total	40 845,67	4 609,16	-	-	-	45 454,83

	2018	2017
Gastos Depreciações e Amortizações		
Terrenos e recursos naturias	-	-
Edifícios e outras construções	4 609,16	4 609,16
Total	4 609,16	4 609,16

7. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos não auferiram qualquer verba, quer para remuneração quer para despesas de representação.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de 27 e em 31/12/2017 foi de 3.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Benefícios dos Empregados

Descrição	2018	2017
Remunerações ao Pessoal	26 143,11	22 261,56
Encargos sobre as Remunerações	3 746,21	2 700,05
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	314,69	214,50
Outros Gastos com o Pessoal	22,20	181,70
Total	30 226,21	25 357,81

8. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

A situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

9. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Inventários

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
Mercadorias	526,59	-	-	526,59	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-	-	-	-	-	-
Produtos Acabados e Intermedios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	526,59	-	-	526,59	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				-			526,59
Variações nos inventários da produção				-			-

11.2 Créditos a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Créditos a receber

Descrição	2018	2017
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	148,93
Outros Devedores	609,00	979,88
Devedores por projectos		
Projecto POISE	250 739,22	-
Projecto maneiras de Sever	17 165,40	
Total	268 513,62	1 128,81

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Gastos a reconhecer	-	433,31
seguros	253,45	-
...		
Total	253,45	433,31
Rendimentos a reconhecer		
Rendimentos a reconhecer	-	1 700,00
rendas a cobrar	800,00	-
Projecto POISE	247 834,11	-
Projecto maneiras de Sever	29 077,62	
Total	277 711,73	1 700,00

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	19,94	263,41
Depósitos à ordem	18 725,01	9 960,39
Depósitos a prazo	80 000,00	80 000,00
Outros	-	
Total	98 744,95	90 223,80

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	350 000,00	-	-	350 000,00
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	1 833,28	-	(4 991,62)	(3 158,34)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
Total	351 833,28	-	(4 991,62)	346 841,66

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	3 193,43	501,63
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	3 193,43	501,63

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	326,24
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	326,24
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	166,00	19,00
Segurança Social	691,41	211,05
Outros Impostos e Taxas	-	0,73
Total	857,41	230,78

11.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	6 878,26	-	4 893,59
Outros credores	-	-	-	9,01
Total	-	6 78,26	-	4 902,60

11.9 Investimentos Financeiros

A rubrica "Investimentos Financeiros" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Investimentos noutras empresas	-	-
Fundos de compensação	281,19	200,34
Total	281,19	200,34

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do estado	17 638,89	24 440,28
Subsídios do estado		3 613,64
Município de Sever do Vouga	3 000,00	
Projecto POISE	14 638,89	
		-
Doações e heranças		20 826,64
...	-	-
Outras entidades	1 651,78	14 751,29
Projecto maneiras de Sever	1 651,78	-
Total	19 290,67	39 191,57

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	10 194,20	1 024,52
Materiais	374,80	298,92
Energia e fluidos	594,74	548,94
Deslocações, estadas e transportes	2 536,09	357,50
Serviços diversos (*)	3 391,25	2 168,57
Seguros	1 356,22	-
Comunicação	864,82	-
rendas e alugueres	123,00	-
Total	17 091,08	4 398,45

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

11.12 Outros rendimentos e ganhos

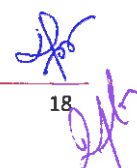
A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	10,00	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	10 550,00	10 200,00
Outros rendimentos e ganhos	19 538,64	2 430,75
Total	30 098,64	12 630,75

11.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	80,00	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Outros Gastos e Perdas	4 124,47	3 781,46
Custo com apoio concedidos a utentes	3 71,00	18 446,57
Total	7 875,47	22 228,03



11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1,16	1,09
Outros gastos e perdas de financiamento	20,50	29,70
Total	21,66	30,79
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	77,23
Dividendos obtidos	-	-
Total	-	77,23
Resultados financeiros	(21,66)	46,44


11.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.


Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Silva Escura, 16 de Março de 2019

O Contabilista Certificado


 cc 403ho

O Conselho de Administração



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da “**FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA**”(a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 624.522 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 335.881 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 10.961 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às Demonstrações Financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparada, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Em nossa opinião, o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 19 de junho de 2019

“António Baptista, Elísio Quintas e Lino Vieira - S.R.O.C.”

representada por



Dr. António Abel Pereira Baptista - R.O.C. nº 518

ANTÓNIO BAPTISTA, ELÍSIQ QUINTAS
E LINO VIEIRA - S.R.O.C.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Nos termos do artigo 21º dos Estatutos da **"FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA"**, o Fiscal Único apreciou o Relatório e Contas do ano de 2018 tendo verificado todos os documentos julgados necessários e recebido da Administração os esclarecimentos solicitados.

As contas apresentadas pela Administração relativas ao ano de 2018, satisfazem os princípios legalmente estabelecidos, traduzindo a situação da Instituição nos aspectos financeiros e patrimoniais.

Assim, o Fiscal Único da **"FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA"**, propõe ao Conselho Superior a aprovação das contas referentes ao ano de 2018.

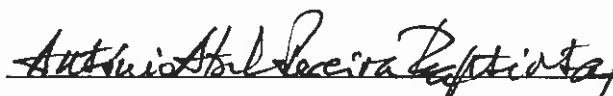
Porto, 19 de junho de 2019

O Fiscal Único,

António Baptista, Elísio Quintas e Lino Vieira - S.R.O.C.

representada por

ANTÓNIO BAPTISTA, ELÍLIO QUINTAS
E LINO VIEIRA - S.R.O.C.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



Dr. António Abel Pereira Baptista - R.O.C. Nº 518